

Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.  
CNPJ 32.206.435/0001-83



Relatório do Conselho da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S. as demonstrações financeiras da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), relativas ao primeiro semestre do exercício social de 2018, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e incluem a legislação societária, as normas e instruções do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 28/08/2018. **1. Conjuntura econômica:** A economia brasileira no primeiro semestre de 2018 sofreu alguns choques negativos que comprometeram um avanço mais firme no período. O ambiente externo, antes favorável, tornou-se mais desafiador. Os juros em alta nos Estados Unidos e o fortalecimento global do dólar tiveram impacto negativo, impondo uma depreciação do real e juros de mercado mais elevados. No âmbito doméstico, após um início do ano de crescimento moderado, a economia foi negativamente afetada pela paralisação dos caminhoneiros. Atividades como a industrial e de serviços recuaram, o que foi parcialmente compensado posteriormente. O cenário básico contempla a continuidade do processo de

recuperação da economia brasileira, em ritmo mais gradual do que o esperado antes da paralisação. O mercado de trabalho mostrou melhora, embora não significativa, mantendo a taxa de desocupação da economia em níveis maiores do que o esperado. O crédito cresce de forma moderada, com demanda ainda limitada pelo endividamento dos agentes econômicos. O ambiente inflacionário segue confortável, com as projeções evoluindo abaixo do centro da meta, contribuindo para manter as expectativas inflacionárias ancoradas nas metas fixadas para os próximos anos. Esse quadro permitiu que o Banco Central efetuasse reduções sucessivas da taxa SELIC, encerrando o ciclo em 6,5% ao ano. Um ambiente externo adverso e uma baixa visibilidade do cenário pós-eleições provoca resistência para uma dinâmica mais forte no cenário econômico brasileiro neste ano. As expectativas apontam para um crescimento moderado do PIB em 2018, ligeiramente acima do resultado de 2017.

2. Principais informações financeiras:

Resultado (R\$ milhões)	1S18	1S17	Δ
Receita da intermediação financeira	0,9	2,0	-55,0%
Outras receitas (despesas) operacionais	13,6	10,4	30,8%
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	14,5	12,5	16,0%
<b>Lucro líquido</b>	<b>15,1</b>	<b>10,4</b>	<b>45,2%</b>

Balancos Patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 2017  
(em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Disponibilidades	-	34.158	40.907
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	29.593	36.467
Carteira própria	-	29.593	36.467
Outros créditos	-	4.511	4.372
Rendas a receber	6	1.904	2.322
Diversos	7	2.607	2.050
Outros bens e valores	-	8	-
Realizável a longo prazo	-	35.232	31.372
Outros créditos	-	35.232	31.372
Diversos	7	35.232	31.372
Permanente	-	16.346	11.224
Investimentos	-	15.633	10.422
Participação em Controlada - No País	8	15.619	10.408
Outros investimentos	-	14	14
Imobilizado	-	87	133
Intangível	-	626	669
<b>Total do ativo</b>		<b>85.736</b>	<b>83.503</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017  
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Notas	2018	2017
<b>Receita da intermediação financeira</b>		<b>886</b>	<b>2.035</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	14	886	2.035
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>886</b>	<b>2.035</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>13.601</b>	<b>10.448</b>
Receitas de prestação de serviços	15	11.340	14.006
Despesas de pessoal	16	(6.996)	(5.808)
Outras despesas administrativas	17	(3.870)	(5.389)
Despesas tributárias	-	(867)	(990)
Resultado de participação em coligadas e controladas	8	13.774	8.563
Outras receitas operacionais	18	738	1.074
Outras despesas operacionais	19	(518)	(1.008)
<b>Resultado operacional</b>		<b>14.487</b>	<b>12.483</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>33</b>	<b>12.483</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>14.520</b>	<b>24.966</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>2.120</b>	<b>(2.082)</b>
Imposto de renda	20	1.204	(1.003)
Contribuição social	20	706	(834)
Ativo fiscal diferido	20	210	(245)
<b>Participações no lucro</b>		<b>(1.538)</b>	<b>(4)</b>
<b>Lucro líquido</b>		<b>15.102</b>	<b>10.397</b>
<b>Quantidade de ações</b>		<b>17.166.837</b>	<b>17.166.837</b>
<b>Lucro líquido por lote de mil ações - R\$</b>		<b>0,88</b>	<b>0,61</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017  
(em milhares de reais)

	2018	2017
<b>Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>14.520</b>	<b>12.483</b>
<b>Mais</b>		
Depreciações e amortizações	49	46
Juros e variações monetárias de provisão para riscos fiscais e passivos de ações civis e trabalhistas	518	899
Incentivo de ações	813	258
Outros	19	-
<b>Menos</b>		
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais	(605)	(1.043)
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(13.774)	(8.563)
Outros	(41)	-
<b>Atividades operacionais</b>		
Variação de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(2.677)	(2.703)
Variação de outros créditos	(489)	(1.064)
Variação de outras obrigações fiscais e previdenciárias	181	2.671
Variação de outras obrigações diversas	(4.998)	(6.963)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	20.294	13.264
Imposto de renda e contribuição social pagos	(250)	(2.416)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>13.560</b>	<b>6.869</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
<b>Recebimento pela venda:</b>		
Imobilizado	52	-
<b>Pagamento pela compra:</b>		
Imobilizado	-	(2)
<b>Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento</b>	<b>52</b>	<b>(2)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Pagamento de dividendos	(13.611)	(6.845)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(13.611)</b>	<b>(6.845)</b>
<b>Variação líquida do caixa</b>	<b>1</b>	<b>22</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa - saldo inicial</b>	<b>45</b>	<b>46</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa - saldo final</b>	<b>46</b>	<b>68</b>
<b>Aumento nas disponibilidades</b>	<b>1</b>	<b>22</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

**1. Contexto operacional:** A Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. denominada "Companhia" é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 1.673, 12º andar, Ala Norte, Sala II, Pinheiros, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), tendo como principais objetivos a administração de recursos de terceiros, administração de fustes e prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira e serviços relacionados com o mercado de capitais e tem como acionista a Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA. SAÚDE), que detém 100% da participação. A Companhia faz parte do conjunto de empresas formado pela Sul América S.A. (SASA) e suas controladas, que é tratado pelo termo "SulAmérica". A SASA tem como principal acionista a Sulasapar Participações S.A. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e incluem a legislação societária, as normas e instruções do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 28/08/2018. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **• O resultado das operações é apurado pelo regime de competência;** **• Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis** após 12 meses são classificados no ativo e passivo a longo prazo, respectivamente; **• Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato;** **• Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.** **3.2. Ativos financeiros circulares e realizáveis a longo prazo:** **3.2.1. Mensurados a valor justo por meio do resultado:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativamente e frequentemente negociados, são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nessa categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. Em 30/06/2018 e 2017, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos. **3.2.2. Títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda:** Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis" são classificados como "disponível para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3. Mantidos até o vencimento:** Títulos e valores mobiliários que a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. **3.2.4. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelas contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Investimentos – participações societárias:** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com o seguinte aspecto: **• Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.** **3.4. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social corrente e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento do imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 9 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.5. Provisões para ações judiciais:** A Companhia e suas controladas constituem provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia e de suas controladas. **3.5.1. Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos a partir de análises estatísticas calculadas a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial civil seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 110% da estimativa feita, uma vez que dada a individualidade e particularidade deste tipo de ação, não é possível basear as provisões nos valores já dispendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 110% da estimativa, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR), no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,59% ao ano (10,65% em 2017). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza civil, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo não circulante na rubrica "Outras obrigações - diversas". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, pela taxa da SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. **3.5.2. Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e impostos, incluindo a contribuição social, são atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor passa por razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica de "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" no exigível a longo prazo. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados em rubrica própria, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.6. Benefícios a empregados:** Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), Seguro Saúde e Seguro de Vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. **3.7. Incentivos em ações:** A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos são compostos por outorgas de opções bonificadas, onde o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da SASA, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. O valor justo do plano é mensurado pela Companhia com base na última cotação de ação da SASA antes da outorga. Os valores relacionados ao plano de incentivo em ações, são contabilizados na rubrica "Despesas administrativas" com um correspondente lançamento na rubrica "Outras obrigações - diversas". Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 11.2). **3.8. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao se manifestar sobre as demonstrações financeiras, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos declarados pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras. **3.9. Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para instituições financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e créditos tributários. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos, que porventura surjam, são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas notas explicativas de títulos e valores

**3. Comentário sobre o desempenho:** A receita da intermediação financeira no primeiro semestre de 2018 totalizou R\$0,9 milhões, uma redução de 55,0% em relação ao mesmo período do ano passado. As outras receitas e despesas operacionais apresentaram um crescimento de 30,8%, com um total de R\$13,6 milhões no 1S18. O aumento de outras receitas e despesas operacionais contribuiu para um melhor resultado antes da tributação sobre o lucro e participações, que finalizou os primeiros seis meses de 2018 com R\$14,5 milhões, um aumento de 16,0% em relação ao 1S17. O lucro líquido totalizou R\$15,1 milhões, crescimento de 45,2% em relação ao primeiro semestre de 2017.

**4. Investimentos:** Em 30/06/2018, a Companhia mantinha o saldo de R\$15,6 milhões de investimentos na Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (SAGA). **5. Declaração sobre capital financeiro e ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento":**

A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **6. Auditores Independentes:** Os auditores externos entendem que são independentes da Companhia e do grupo ao qual ela pertence e que não há qualquer contrato de serviços de não auditoria até o momento que quebre esta relação de independência, até mesmo por suas características "não recorrentes". **7. Acordo de acionistas:** A Companhia não é parte de acordo de acionistas. São Paulo, 28 de agosto de 2018. **A ADMINISTRAÇÃO.**

	Notas	2018	2017
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Outras obrigações	-	7.708	9.428
Fiscais e previdenciárias	9	442	1.220
Diversas	10	7.266	8.208
<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>24.971</b>	<b>23.542</b>
Outras obrigações	-	24.971	23.542
Diversas	10	24.971	23.542
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>53.057</b>	<b>50.533</b>
Capital	13.1	37.875	31.563
De domiciliados no país	-	37.875	31.563
Reservas de lucros	13.2	79	8.574
Ajustes de avaliação patrimonial	-	1	(1)
Lucros acumulados	-	15.102	10.397
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>85.736</b>	<b>83.503</b>

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017  
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Capital realizado	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva estatutária	Dividendos adicionais	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 01/01/2017</b>	<b>31.563</b>	<b>6.312</b>	<b>79</b>	<b>2.183</b>	<b>6.845</b>	<b>15.419</b>	<b>(17)</b>	<b>-</b>	<b>46.965</b>
Dividendos adicionais propostos aprovados, conforme AGOE de 29/03/2017 - R\$0,40 por ação	-	-	-	-	(6.845)	(6.845)	-	-	(6.845)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	16	-	16
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.397</b>	<b>10.397</b>
<b>Saldos em 30/06/2017</b>	<b>31.563</b>	<b>6.312</b>	<b>79</b>	<b>2.183</b>	<b>-</b>	<b>8.574</b>	<b>(1)</b>	<b>10.397</b>	<b>50.533</b>
<b>Saldos em 01/01/2018</b>	<b>31.563</b>	<b>6.312</b>	<b>79</b>	<b>-</b>	<b>13.612</b>	<b>20.003</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>51.572</b>
Aumento de capital com reserva legal, conforme ata do dia 29/03/2018	6.312	(6.312)	-	-	-	(6.312)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(5)	-	(5)
Dividendos adicionais propostos aprovados, conforme AGOE de 29/03/2018 - R\$0,79 por ação	-	-	-	-	(13.612)	(13.612)	-	-	(13.612)
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.102</b>	<b>15.102</b>
<b>Saldos em 30/06/2018</b>	<b>37.875</b>	<b>-</b>	<b>79</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>79</b>	<b>1</b>	<b>15.102</b>	<b>53.057</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

mobiliários (nota 5), créditos tributários de impostos e contribuições (nota 7.1) e provisões para ações judiciais (nota 12). 3.10. Depósitos judiciais e fiscais: Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo realizável a longo prazo e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. 3.11. Normas e interpretações novas e revisadas: **3.11.1. Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras: A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas aplicáveis às operações da Companhia em vigência a partir de 1º de janeiro de 2018. **• IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros –** Em vigor a partir de 01/01/2018. O referido pronunciamento ainda não foi aprovado pelo BACEN; **• IFRS 15 / CPC 47 – Receita de contratos de clientes –** Em vigor a partir de 01/01/2018. O referido pronunciamento ainda não foi aprovado pelo BACEN; e **• Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) – Contratos baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações –** Em vigor a partir de 01/01/2018. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 30 de junho de 2018 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia:** Uma série de novas normas estará efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, assim como não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Espera-se que as seguintes normas possam ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial: **• Transferências de propriedade de investimento (alterações ao CPC 28 / IAS 40) –** Em vigor a partir de 01/01/2019; **• IFRS 16 / CPC 6 (R2) – Arrendamento mercantil –** Em vigor a partir de 01/01/2019. O BACEN ainda não aprovou o IFRS 16 / CPC 6 (R2), portanto ainda não há previsão de data de adoção pelas empresas reguladas pelo BACEN. Adicionalmente, a Companhia não concluiu suas análises sobre os impactos dos IFRS supracitados e está aguardando o posicionamento formal do órgão regulador. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações. **• IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos de imposto de Renda –** Em vigor a partir de 01/01/2019; **• Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2015 – 2017 –** Alterações às IFRS 3 e 11 sobre participações detidas anteriormente em operações conjuntas, à IAS 12 sobre consequências tributárias dos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como patrimônio e à IAS 23 sobre custos elegíveis à capitalização – Em vigor a partir de 01/01/2019; e **• IFRS 17 – Contratos de seguros –** Em vigor a partir de 01/01/2021. O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como o BACEN, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pelo BACEN. **4. Gerenciamento de riscos:** O processo de gestão de riscos ("Enterprise Risk Management – ERM") da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma: **• Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; **• Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; **• Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e **• Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta à Unidade de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoR), Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio de Referência em relação ao Patrimônio de Referência Exigido, requerido mensalmente pelo regulador. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos pela Companhia, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. É papel do Comitê de Riscos e da Divisão de Riscos corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimento do programa de gestão de riscos corporativos. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia o patrimônio de referência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriada e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: **• Metas de rentabilidade;** **• Limites de risco;** **• Prazos máximos para alocação dos ativos;** e **• Liquidez mínima exigida.** Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos,



